



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1004699-76.2018.8.26.0037

Autor: Claudomiro de Lima

Réu: Telefônica Brasil S/A

Juiz de Direito: Rogerio Bellentani Zavarize

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos causados em acidente de trânsito. Segundo relato inicial, estava conduzido seu veículo (moto) no dia 31.01.2018, por volta das 6:00 horas, pela Rua Professora Adélia Izique, mas teve seu tráfego interrompido de maneira abrupta ante a presença de cabos de telefonia que estavam rompidos e em altura incompatível, de modo a causar sua queda. Requereu a procedência para obter indenização por danos materiais no importe de R\$ 1.922,98 e por danos morais no valor de dez vezes o salário mínimo nacional.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

As preliminares arguidas foram afastadas, conforme decisão de págs. 256/257.

A ré havia solicitado a expedição de ofício para a Prefeitura, a fim de obter informação a respeito dos fios (pág. 77). O pedido foi indeferido (pág. 256). Depois, ela anexou aos autos o protocolo de um pedido naquele sentido, e optou-se por aguardar, mas até o momento não veio nenhuma informação a respeito (págs. 297 e 305).

Não há motivo para postergar a solução da lide, pois há elementos nos autos que permitem decisão de mérito sem aquela informação, que, ademais, não se vislumbra possa ser fornecida com aptidão a alterar a conclusão.

Entendendo o órgão recursal de maneira diversa, não haverá

1004699-76.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

nulidade, pois o art. 938, §3º do Código de Processo Civil prevê a solução, que é a conversão em diligência para colher a prova considerada necessária ("Reconhecida a necessidade de produção de prova, o relator converterá o julgamento em diligência, que se realizará no tribunal ou em primeiro grau de jurisdição, decidindo-se o recurso após a conclusão da instrução").

O autor imputa à empresa ré a responsabilidade pelo acidente, na medida em que agiu com negligência ao realizar a manutenção dos fios de telefonia, os quais estavam posicionados de forma irregular na data dos fatos.

Alega que o acidente lhe causou diversas escoriações, comprovadas através das fotos (págs. 23/25) e dos prontuários médicos anexados (págs. 26/31), bem como causou avarias em sua motocicleta (orçamentos - págs. 32/34).

A empresa ré, por sua vez, aduz que não há prova nos autos de que os fios soltos seriam de sua propriedade e que não praticou qualquer ilícito, inexistindo possibilidade de sua responsabilização.

Argumenta que inexistem em seu sistema interno informações sobre falhas em sua fiação no dia e no local em que ocorreu o fato, e que comerciantes locais confirmaram que o acidente narrado apenas ocorreria se o autor tivesse subido na calçada, onde passa a sua fiação. Sustenta, também, que o fato não é apto a gerar indenização por danos morais.

Há imagens dos fios (págs. 20/22), alguns em altura equivocada e aptos a causar o acidente.

João Carlos, policial militar, relatou que atendeu a ocorrência e que ao chegar ao local dos fatos a vítima já havia sido socorrida, e a moto estava no interior de um posto de combustíveis. Os funcionários do posto disseram que o acidente foi ocasionado pelos cabos telefônicos que estavam soltos na via e enroscaram na motocicleta do autor. Constatou, no local, que os cabos não estavam energizados. Disse, ainda, que foi até a UPA Central e obteve relato do autor semelhante ao narrado pelos funcionários do posto.

Com o depoimento prestado e referidas imagens, não restam dúvidas sobre o nexo de causalidade entre o cabeamento da ré solto na via pública e o acidente que vitimou o autor.

A ré apenas se limitou a alegar que o cabo que deu causa ao acidente não era de sua propriedade, argumentando, inclusive, que técnicos da empresa foram até o local e verificaram que não foram os fios da telefônica os envolvidos no acidente, mas não trouxe aos autos nenhum laudo ou depoimento nesse sentido. Em contrapartida, o policial militar ouvido descreveu que os cabos eram da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

Quanto ao valor da indenização pelos danos materiais, o valor pleiteado é de R\$ 1.922,98, constante de orçamento (pág. 32), mas o orçamento de menor valor trazido aos autos é o de R\$ 1.816,00 (pág. 33), o qual não foi impugnado de forma válida, sendo este o necessário valor da condenação.

A correção monetária deve se iniciar desde a apuração, a fim de preservar o valor da moeda. No caso, corresponde à data do orçamento (27.02.2018: pag. 33). Os juros de mora incidem desde a citação.

Quanto à pretensão indenizatória por dano moral, merece acolhimento.

Em decorrência do acidente, o autor sofreu as escoriações descritas no laudo médico, que concluiu pela ocorrência de lesões corporais de natureza leve (págs. 23/31). Além disso, há imagens fotográficas que bem demonstram a dimensão.

Inegável a ocorrência de dano moral indenizável, pois o acidente de trânsito deixou lesões físicas demonstradas pelo documento médico e por fotos. O fato de não haver maiores sequelas é circunstância a ser considerada para arbitramento do valor da indenização e não implica em relevar os danos.

O acidente e a dor física dele resultante acarretam diversos transtornos emocionais e geram evidente angústia e mal estar. Quanto ao dano moral causado por ferimentos derivados de acidente, é oportuno registrar os ensinamentos de Rui Stoco (Tratado de Responsabilidade Civil, 5ª Ed., RT, 2001, p. 966), com vasta citação de acórdãos, no mesmo sentido de admitir a indenização.

A indenizabilidade do dano em questão guarda caráter mais compensatório que ressarcitório, funcionando, como referido por Ênio Santarelli Zuliani, como um “antídoto de longo prazo”, destinado a diluir o grau de trauma causado pelo dano, “...até que se chegue perto da intensidade mínima tolerável ou próximo da possibilidade de adaptação humana” (TJSP, Ap. 74.355-4/0, RT 767/223).

No mesmo acórdão, o relator ainda registra sobre a indenização: “Porém, é inegável a sua força como elemento de valorização da dignidade do ser, um atributo do direito moderno (art. 5º, V e X, da CF). A autora, ao receber uma indenização, vai adquirir a certeza de que sua personalidade e o seu padrão de vida são importantes para a estabilidade social, o que constitui uma passagem positiva para a fase da recuperação do ânimo do bem viver em sociedade, meta da felicidade que o Estado busca com a jurisdição”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

O valor da reparação fica fixado em R\$5.000,00, ante a proporcionalidade com as lesões que foram observadas.

A correção monetária incide desde a sentença, de acordo com a uniformização da jurisprudência, pelo Superior Tribunal de Justiça, que editou súmula dispondo que a correção monetária se inicia na data do arbitramento (nº 362). Os juros moratórios devem seguir o mesmo termo, pois haverá evidente descompasso se retroagirem à data da citação ou do próprio ato que originou a ação, pois ainda não existia o arbitramento da indenização. Neste sentido, há indicação da doutrina (Cahali, Yussef Said. Dano Moral. RT, 4ª Ed., 2011, p. 639) e precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 903.258/RS; rel. Ministra Maria Isabel Galotti) e do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmando sentença por nós proferida, mantendo a incidência dos juros mora desde a sentença de arbitramento da indenização (Ap. Nº 1000482-02.2015.8.26.0067; Rel.: Jovino de Syllos; 16ª Câmara de Direito Privado; j.: 31.01.2017).

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido para condenar a ré ao pagamento de indenização pelos danos materiais no valor de R\$1.816,00, com correção monetária de acordo com a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo desde 27.02.2018 e juros moratórios mensais de 1% a partir da data da citação; e indenização por dano moral fixada em R\$5.000,00, corrigidos monetariamente pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês desde a sentença. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Não incide preparo, ante a gratuidade de justiça concedida, relativamente ao autor.

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

levantamento, e arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 15 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006